

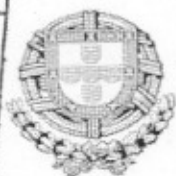


Assembleia da República
Gabinete do Presidente

Nº de Entrada 270N3

Classificação
05,03p2

Data 08,04,11 ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Por determinação de S.E.C.P.A.R. à
Sra. Secretária da Mesa

08.07.14

[Handwritten signature]

REQUERIMENTO Número _____ / x (____ª)

PERGUNTA Número 1992 / x (3ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>14/07/2008</u>
O Secretário da Mesa

[Handwritten signature]

Assunto: "Parceria" entre o Ministério da Defesa e a Microsoft

Destinatário: Ministério da Defesa Nacional

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Segundo notícias vindas a público, o Ministério da Defesa e a Microsoft anunciaram a criação de um "Centro de Inovação e Desenvolvimento de Software para a Defesa".

Esta "parceria" foi divulgada após um encontro entre o ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira, e o vice-presidente da Microsoft para a área da Defesa, Tim Bloechl, tendo o Ministro Severiano Teixeira destacado o facto de se tratar do primeiro acordo deste tipo para a área da defesa desta multinacional, prevendo a sua concretização ainda este para ano.

Segundo o Governo, este novo centro "reunirá as indústrias de Defesa nacional, as empresas, universidades e centros de investigação com objectivo de se criar um pólo de investigação e desenvolvimento nesta área".

O vice-presidente da Microsoft para a área da Defesa afirmou à imprensa nessa ocasião, e citamos, "Talvez não saibam, mas a Microsoft está muito envolvida na tecnologia militar e o nosso principal cliente nesta área são as Forças Armadas Americanas", afirmando ainda que gostaria de assegurar que os militares portugueses possam ter à sua disposição "as melhores soluções tecnológicas para sua protecção nos teatros de operações onde se encontram".

O Ministro da Defesa declarou ainda que as indústrias nacionais de defesa, as universidades e os centros de investigação vão identificar, numa primeira análise, quais as áreas de interesse para o país e para a multinacional norte-americana, realçando à partida os Sistemas de Comando e Controlo e questões ligadas à Segurança Marítima.



Esta decisão do Governo, de “estabelecer parcerias” com a Microsoft suscita evidentes interrogações e preocupações, tendo em conta aliás outras experiências recentes de “parcerias” do Estado Português no mesmo sentido (e com a mesma empresa).

Aliás, nesta matéria é particularmente significativo que o Governo português assuma hoje “parcerias” deste tipo, quando já em 2001, o Ministro da Defesa da Alemanha ordenou a tomada de medidas cautelares nas forças armadas daquele país, especificamente relacionadas com produtos Microsoft, tendo até sido anunciada a decisão de interditar o uso de tais programas no cumprimento das suas missões.

Por outro lado, é com estranheza que verificamos a desvalorização a que é votado o trabalho realizado pelas Forças Armadas do nosso país, justamente nesta mesma área, trabalho esse que já demonstrou o enorme potencial e importância no plano internacional.

Recorde-se que é exactamente no domínio dos Sistemas de Comando e Controlo que o Exército Português, por exemplo, tem vindo a desenvolver um projecto de comprovado êxito, que chegou a ser adoptado pelas Forças Armadas dos EUA após o desempenho demonstrado em exercícios da NATO. Este sistema foi desenvolvido com base em tecnologias de software livre, e ao contrário das “parcerias” do Estado com a Microsoft (incluindo a que se destina a esta mesma área), não tem merecido qualquer destaque por parte do Governo.

Assim, ao abrigo da Alínea e) do Artigo 156.º da Constituição e da Alínea d) do Número 1 do Artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Defesa Nacional**, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Quais são em concreto os termos, o âmbito e os objectivos da “Parceria” anunciada entre o Ministério da Defesa e a Microsoft?
2. Quais as suas implicações desta decisão quanto aos compromissos a assumir junto da Microsoft pelo Ministério e pelas Forças Armadas?
3. Qual o enquadramento legal dessa “Parceria”?
4. Está ou não previsto nesta “parceria” o fornecimento, pela Microsoft, de tecnologias informáticas às Forças Armadas Portuguesas? Com que concurso?
5. Que diferenças existem nesta matéria quanto ao estatuto atribuído pelo Ministério da Defesa à Microsoft, relativamente a outras empresas do mesmo sector? Que igualdade de oportunidades de acesso será garantida a outros potenciais fornecedores?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6. Em que medida se prevê a contratação à Microsoft de produtos e serviços que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas podem ter a capacidade de desenvolver autonomamente?
7. Qual o ponto de situação dos projectos e acções das Forças Armadas Portuguesas no domínio dos Sistemas de Comando e Controlo?
8. Em que medida se aponta a prossecução destes (e outros) projectos face à “parceria” com a Microsoft anunciada pelo Governo? Está prevista a independência e autonomia destes projectos ou, pelo contrário, a sua integração na “parceria”?
9. Como explica o Governo esta dualidade de actuações, com a divulgação e promoção da Microsoft e destas “parcerias” e, por outro lado, com o absoluto silêncio e desvalorização de importantes projectos de desenvolvimento de tecnologias (desde logo as baseadas em software livre) realizados pelas Forças Armadas Portuguesas?
10. Qual o grau de reservas e limitações que o Governo pretende definir para o acesso da Microsoft (e restantes empresas privadas) aos dados informáticos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas?

Palácio de S. Bento, 11 de Julho de 2008

Os Deputados:

Bruno Dias

António Filipe